

## UNIDADE DE ENSINO 1:

## INTRODUÇÃO AO DIREITO ADMINISTRATIVO

COMPETÊNCIAS: Conhecer, interpretar e aplicar a teoria dos atos administrativo, contextualizando em cada hipótese os poderes e deveres administrativos envolvidos.

RESULTADO DE APRENDIZAGEM: Recurso administrativo em procedimento licitatório

## SEÇÃO 1:

## SEÇÃO 1.1 (Teórico)

CONTEÚDO: Funções do Estado (conceito, critérios, espécies - função política ou de governo)  
Direito Administrativo (conceito, abrangência, origem, bases ideológicas)  
Regime Jurídico Administrativo (conceito, direito subjetivo público, interesses primários e secundários do Estado)  
Conteúdo do regime jurídico administrativo: supremacia do interesse público sobre o privado, indisponibilidade, pela Administração dos interesses públicos. Valor metodológico da noção de regime jurídico administrativo

## SEÇÃO 2:

## Seção 1.2 (Teórico)

CONTEÚDO: Princípios constitucionais administrativos  
Princípios expressos administrativos  
Princípios implícitos administrativos  
Restrições excepcionais ao princípio da legalidade

## SEÇÃO 3:

## Seção 1.3 (Teórico)

CONTEÚDO: Organização administrativa: órgãos (classificação) e competências públicas  
Processo administrativo (introdução): pedido de reconsideração, recurso hierárquico, reclamação administrativa, representação e denúncia.  
Centralização e descentralização administrativa (desconcentração, poder hierárquico, descentralização e desconcentração, controle administrativo)  
Organização Administrativa da União: administração direta e indireta.

## UNIDADE DE ENSINO 2:

## ATOS E PODERES ADMINISTRATIVOS

COMPETÊNCIAS: Conhecer e aplicar conceitos, princípios, características e modalidades dos bens e serviços públicos.

RESULTADO DE APRENDIZAGEM: Elaboração de parecer sobre concessão de serviços públicos.

## SEÇÃO 1:

## SEÇÃO 2.1 (Teórico)

CONTEÚDO: Autarquias (conceito, regime jurídico, autarquias especiais ou sob regime especial, agências reguladoras e executivas)  
Fundações públicas (conceito, natureza)  
Empresas públicas e sociedades de economia mista (conceito, natureza, critérios, regime jurídico, relações internas, com a pessoa que as criou e terceiros)  
Contratos de gestão e termos de parcerias: Organizações Sociais e Organizações da sociedade civil de interesse público.

## SEÇÃO 2:

## Seção 2.2 (Teórico)

CONTEÚDO: Introdução, conceito, atos e fatos jurídicos. Atos da administração e atos administrativos. Perfeição, validade e eficácia. Requisitos e elementos do ato administrativo.  
Pressupostos do ato administrativo: pressupostos de existência e de validade (sujeito, motivo, motivação, requisitos procedimentais, finalidade, teoria do desvio do poder, causa, formalização).  
Silêncio no ato administrativo. Atributos dos atos administrativos. Classificação dos atos administrativos (natureza da atividade, estrutura do ato, destinatários do ato, grau de liberdade da administração quanto à sua prática, função da vontade administrativa, efeitos, resultado sobre a esfera jurídica dos administrados, situação de terceiros, composição da vontade produtora do ato, natureza das situações jurídicas que criam, posição jurídica da administração)  
Vinculação e discricionariedade. Atos administrativos em espécie. Procedimento ou processo administrativo. Revogação. Coisa julgada administrativa. Invalidez dos atos administrativos. Regime Jurídico dos atos inexistentes, nulos e anuláveis: comparação. Diferenças entre revogação e invalidação.

<b>SEÇÃO 3:</b>	<b>Seção 2.3 (Teórico)</b>
CONTEÚDO:	Poder de polícia: introdução, noções em sentido amplo e estrito, fundamento, supremacia geral e especial, especificidades. Polícia administrativa e polícia judiciária. Polícia geral e polícia especial. Delegação de atos de polícia administrativa. Executoriedade. Princípio da proporcionalidade. Setores da polícia administrativa. Princípios das sanções administrativas e infrações. Classificação das sanções. Multas. Dever de sancionar.
<b>UNIDADE DE ENSINO 3:</b>	<b>LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS</b>
COMPETÊNCIAS:	Conhecer, interpretar e aplicar a teoria dos atos administrativo, contextualizando em cada hipótese os poderes e deveres administrativos envolvidos.
RESULTADO DE APRENDIZAGEM:	Recurso administrativo em procedimento licitatório
<b>SEÇÃO 1:</b>	<b>SEÇÃO 3.1 (Teórico)</b>
CONTEÚDO:	Conceitos e finalidades. Normas gerais de licitações e contratos. Obrigação de licitar, pressupostos. Objeto licitável, dispensa e inexigibilidade de licitação. Modalidades da licitação, prazos e formas de publicidade. Comparação entre concorrência, tomada de preços e convite. Pregão e consulta (procedimentos). Registros cadastrais. Registro de preços. Comissões de licitação. Licitações de grande vulto e de grande complexidade técnica. Alienação de bens. Licitações internas e licitações internacionais.
<b>SEÇÃO 2:</b>	<b>Seção 3.2 (Teórico)</b>
CONTEÚDO:	Etapas interna e externa da licitação. Requisitos, vedações. Fases da licitação. Edital. Habilitação. Fases da licitação. Julgamento. Homologação e Adjudicação. Financiamento internacional. Recurso administrativos. Crimes. Licitação e Mandado de Segurança. Consequências da licitação.
<b>SEÇÃO 3:</b>	<b>Seção 3.3 (Teórico)</b>
CONTEÚDO:	Introdução, direito francês, doutrina brasileira. Conceito, características. Contrato administrativo: doutrina brasileira: alteração e extinção unilateral e bilateral do contrato. Exceção do contrato não cumprido. Prazo e prorrogação dos contratos. Formalidade e eficácia dos contratos administrativos. Pagamento nos contratos administrativos. Correção monetária, reajuste e recomposição dos preços no Direito Positivo (imprevisão, fato do príncipe e sujeições imprevistas). Sanções administrativas e penais por ocasião dos contratos administrativos. Equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo (âmbito de proteção, dever de boa-fé). Cláusula rebus sic standibus. A teoria da imprevisão. Cláusulas de reajustes de preços. Reajustes e índices oficiais. Obrigações do Estado e contratos inválidos ou inexistentes. Os quase-contratos e o enriquecimento sem causa. Convênios e consórcios públicos. Parcerias público-privadas.
<b>UNIDADE DE ENSINO 4:</b>	<b>BENS PÚBLICOS E SERVIÇOS PÚBLICOS</b>
COMPETÊNCIAS:	Conhecer e aplicar conceitos, princípios, características e modalidades dos bens e serviços públicos.
RESULTADO DE APRENDIZAGEM:	Elaboração de parecer sobre concessão de serviços públicos.
<b>SEÇÃO 1:</b>	<b>SEÇÃO 4.1 (Teórico)</b>
CONTEÚDO:	Conceito. Bens com relação à sua destinação. Afetação e desafetação de bens públicos. Regime jurídico dos bens públicos. Os bens quanto à sua natureza física (bens do domínio hídrico, bens do domínio terrestre, domínio do solo e do subsolo). Formas de aquisição e alienação dos bens públicos. Formas de utilização dos bens de uso comum. Utilização dos bens de uso especial. Utilização dos bens dominicais. Desapropriação (conceitos, fundamentos, requisitos, competência legislativa de execução, objeto, beneficiários, fases).

<b>SEÇÃO 2:</b>	<b>Seção 4.2 (Teórico)</b>
CONTEÚDO:	<p>Declaração de utilidade pública, imissão provisória de posse, indenização: correção monetária, juros, honorários advocatícios. Desapropriação: espécies - direta, indireta, por zona, retrocessão, requisição e servidão administrativa.</p> <p>Conceito e noções gerais. Concessão e permissão de serviço público na Constituição brasileira e as leis editadas.</p> <p>Natureza jurídica da concessão de serviços públicos e suas consequências</p> <p>Forma e condições de outorga do serviço de concessão.</p>
<b>SEÇÃO 3:</b>	<b>Seção 4.3 (Teórico)</b>
CONTEÚDO:	<p>Licitação das concessões, contrato. Transferência da concessão.</p> <p>O prazo nas concessões; hipóteses de prorrogação.</p> <p>Tarifas. Equilíbrio econômico-financeiro na concessão de serviço ou obra pública.</p> <p>Poderes da concedente. Direitos do concessionário.</p> <p>Formas de extinção da concessão e seus efeitos.</p>